

A denúncia social em *O moleque Ricardo* é uma luta por direitos, um manifesto revolucionário ou o quê?

[Is the social critique in *O moleque Ricardo* a struggle for rights, a revolutionary manifesto or what?

João Paulo Mansur¹

RESUMO • Este artigo investiga os sentidos com que a denúncia social do romance *O moleque Ricardo*, de José Lins do Rego, foi recepcionada pela crítica especializada da época. Parte dela, ao se deparar com uma obra que tinha como pano de fundo a questão social no Recife do início do século XX, relacionou-a à estética proletária. Outros intérpretes perceberam nela reivindicações por direitos sociais. Ainda havia quem notava uma mera exposição desengajada das condições de vida na cidade. Analisando as críticas literárias veiculadas logo após a publicação de *O moleque Ricardo*, observa-se que a mentalidade tradicionalista e ruralista pela qual Rego é reconhecido atualmente ainda escapava das análises, panorama que mudaria com a publicação de *Usina*. Conclui-se que, por aproximadamente um ano, *O moleque Ricardo* foi desvinculado do tradicionalismo de seu autor, sendo apropriado com diversos sentidos. • **PALAVRAS-CHAVE** • *O moleque Ricardo*; José Lins do Rego; pensamento social brasileiro.

• **ABSTRACT** • This article investigates the meanings by which the social denunciation in the novel *O moleque Ricardo*, by José Lins do Rego, was received by the specialized critics of the time. Some of them, when faced with a work that had as its backdrop the social issues in early 20th-century Recife, related it to proletarian aesthetics. Other interpreters saw in it demands for social rights. There were also those who viewed it as a mere detached exposition of the city's living conditions. Analyzing the literary criticism published shortly after *O moleque Ricardo*, it becomes clear that the traditionalist and ruralist mindset for which Rego is recognized today was still overlooked in the analyses, a circumstance that would change with the publication of *Usina*. It is concluded that, for about a year, *O moleque Ricardo* was dissociated from its author's traditionalism, being appropriated with various meanings. • **KEYWORDS** • *O moleque Ricardo*; José Lins do Rego; Brazilian social thought.

Recebido em 3 de março de 2024

Aprovado em 23 de setembro de 2024

MANSUR, João Paulo. A denúncia social em *O moleque Ricardo* é uma luta por direitos, um manifesto revolucionário ou o quê?. *Rev. Inst. Estud. Bras. (São Paulo)*, n. 90, 2025, e10709.



Seção: Artigos

DOI: 10.11606/2316901X.n90.2025.e10709

1 Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG, Belo Horizonte, MG, Brasil).

QUAL É O SENTIDO DA DENÚNCIA SOCIAL EM *O MOLEQUE RICARDO*?

Graciliano Ramos leu *O moleque Ricardo*, de José Lins do Rego, logo que foi publicado, em 1935, encantando-se pelo modo com que o romance conseguiu incorporar, em linguagem literária, denúncias sociais de dramas que o proletariado vivia na cidade do Recife. De Alagoas, Graciliano enviou uma carta a Rego prevendo que, com a nova obra, ele estaria no Rio “metido em dificuldades por causa da questão social” (RAMOS, [1935] 1991). O significado da denúncia contida em *O moleque Ricardo* parece, contudo, ter sido superestimado por alguns críticos da época. Para o diário *A Manhã*, jornal porta-voz da Aliança Nacional Libertadora – ANL (GASPARIAN, 2010), Carlos Lacerda, até então comunista, escreveu um artigo em 11 de agosto de 1935 com o sugestivo título “Moleque Ricardo ou a revolução entrando na consciência”, indicando o caráter de um romance proletário² feito por um escritor que estaria “chegando ao ponto de saturação de sua consciência revolucionária” (LACERDA, 1935).

Jorge Amado, em análise também veiculada por *A Manhã*, entendia *O moleque Ricardo* em mesmo sentido, afirmando que a obra “marca, de um modo decisivo, uma transformação ‘política’ do escritor. Hoje José Lins do Rego não é apenas um grande romancista sem direção. O seu novo romance serve a uma causa” (AMADO, 1935)³. O narrador de *O moleque Ricardo*, de fato, colocou no imaginário de alguns personagens a esperança da revolução comunista, que os mobilizava em greves e protestos. Na maioria das vezes de forma intuitiva e pouco organizada, seguiam o espectro da “Rússia [que] é governada por operários de mãos calosas” (REGO, [1935]

2 A concepção do romance proletário não pode ser atribuída a Karl Marx, Friedrich Engels e Vladimir Lênin (HOMBERGER, 1979, p. 223). Leon Trótski (2007, p. 155) também era crítico da ideia de que uma *intelligentsia* poderia criar cultura proletária em laboratório. Foi após a burocratização da Revolução Russa que o romance proletário se espalhou como política cultural dos partidos comunistas filiados à Terceira Internacional. Para verificar a sua difusão para os Estados Unidos, ver: Daniel Aaron (1961); para a França, Michel Ragon (1974); para o Brasil, Luís Bueno (2015, p. 159 ss.).

3 No mesmo ano, Jorge Amado ([1935] 1995) publicou *Jubiabá*, que, junto com *Parque industrial*, de Patrícia Galvão ([1931] 2006), é um dos principais romances proletários brasileiros.

2008b, p. 78). Passagens como essa talvez possam ter ganhado muita centralidade nos exames de Carlos Lacerda e Jorge Amado⁴, fazendo-os crer em compromisso de *O moleque Ricardo* com a estética proletária. Ou senão, é possível também, como sugere Carine Dalmás (2013, p. 230), que a interpretação proletária da obra tenha sido fruto de política do Partido Comunista do Brasil (PCB) para atuação dentro da frente ampla contra o fascismo da ANL. Tentava-se cooptar o sentido dos romances mais críticos para promover o ideário revolucionário. Mas a exposição de Amado, além de propor que Rego começava a simpatizar com o comunismo, é importante por revelar que, até então, o autor de *O moleque Ricardo* não era visto pela crítica literária como vinculado definitivamente a alguma visão de mundo: era grande romancista sem direção.

Reações desvinculando José Lins do Rego do romance proletário vieram prontamente. Apenas uma semana após a publicização do texto de Carlos Lacerda, Otávio Tarquínio de Sousa (1935) escreveu uma resposta em *O Jornal* (RJ): “Estou muito enganado ou o novo romance do sr. José Lins do Rego nada tem essencialmente de literatura proletária, naquele sentido político [...]”. Para ele, *O moleque Ricardo* revelaria, mais que os romances anteriores, uma empatia de Rego pela vida das pessoas que sofrem vítimas das injustiças sociais. Mas vê-lo como uma obra revolucionária que incitaria a luta de classes seria enorme exagero. As palavras de Tarquínio de Sousa merecem bastante atenção tendo em vista a proximidade que mantinha com o romancista: *O moleque Ricardo* tem dedicatória ao crítico. Outra significativa resistência ao rótulo comunista dado ao romance e a seu autor viria um ano depois, na edição do *Diário de Pernambuco* de 28 de junho de 1936, na qual Raymundo Magalhães Júnior escreveu um artigo com título insinuante: “Moleque Ricardo não é comunista”!

A maneira que Magalhães Júnior (1936, p. 1) encontrou para desatrelar José Lins do Rego do comunismo foi afirmar que sua literatura apenas constataria com neutralidade as condições de vida do proletariado: “O sr. José Lins do Rego tem, precisamente, essa virtude: a de não dar opinião pessoal. Seus personagens vivem, atrimam-se, chocam-se, mas o autor nunca intervém, nunca se manifesta, nem toma partido”. Pode ter sido aqui que nasceu a tese um tanto quanto ingênua e simplista de que as denúncias sociais de *O moleque Ricardo* não possuiriam qualquer viés político e ideológico: “José Lins do Rego, o que fez, no seu romance, foi a simples constatação de aspectos trágicos da miséria urbana, do proletariado das cidades” (MAGALHÃES JÚNIOR, 1936, p. 1). Essa tese da neutralidade se manteria sólida com o passar dos anos. Virgínius da Gama e Melo ([1956] 1991, p. 285) falaria, em 1956, que Rego se afastava de “partidarismos”. Em 1966, Manuel Cavalcanti Proença ([1966] 1984, p. 66) diria que “José Lins do Rego não foi escritor engajado”. Não me parece, porém, que fosse por aí: o engajamento de Rego apenas não era pelo comunismo. Mas a questão social carrega outro sentido sociopolítico em sua obra.

Sem a mesma dose de otimismo de Carlos Lacerda e Jorge Amado, outros intelectuais comunistas foram mais céticos ao lerem *O moleque Ricardo*. Edison

4 Outros críticos, comunistas ou não, que também relacionaram *O moleque Ricardo* ao romance proletário foram João Paes de Albuquerque Lins (1935), Paulo Emílio Sales Gomes (1935), Abelardo Araújo Jurema (1935) e Alcides Bezerra (1935, p. 46).

Carneiro (1935) não poupou o romance ao chamá-lo de pequeno-burguês: faltaria uma sólida orientação de resolução da barbárie capitalista pela revolução. Carneiro, porém, não problematizou se haveria alguma via alternativa em *O moleque Ricardo* para a questão social que pudesse ser entendida como uma proposta de cunho pequeno-burguesa. Mas a sua escolha por utilizar uma categoria tão nativa na tradição comunista, como é a visão pequeno-burguesa (MARX; ENGELS, 2010, p. 61), permite extrair algumas conclusões. Concepções pequeno-burguesas, para o marxismo, se relacionam a projetos de sociedade que se limitam a reformar o capitalismo, sem a sua superação revolucionária. Nelas, o terreno do direito se torna central, sendo instrumento por meio do qual o capitalismo seria domado, reparado e até humanizado. Um *Moleque Ricardo* pequeno-burguês, então, significaria o enaltecimento das ações do proletariado por direitos. Ao mesmo tempo, se ligaria a reivindicações de que o Estado reconhecesse as lutas proletárias em legislações sociais capazes de garantir-lhes direitos trabalhistas, previdenciários, assistenciais, de moradia, de saúde, de educação etc., mas dentro dos marcos da produção capitalista.

Não há uma delimitação temporal explícita em *O moleque Ricardo*, mas, em cálculos aproximados, o tempo do romance retrocede cerca de 15 anos em relação à data de sua publicação. E, desde meados da década de 1910, se aprofundava uma discussão que já vinha ocorrendo havia algum tempo no campo jurídico. Tratava-se do problema sobre a legitimidade de o Estado intervir na “questão social”⁵. O discurso jurídico, até ali majoritariamente liberal, negava a viabilidade de legislações sociais, sobretudo trabalhistas, tendo em vista a noção de liberdade contratual: o ser humano deveria ser livre para vender a sua força de trabalho da forma que quisesse. Se em 1935, data de *O moleque Ricardo*, a legislação trabalhista era incipiente, quinze anos antes, era quase inexistente, e o discurso jurídico liberal era um dos fatores responsáveis por tanto⁶. Mas ele começava a ser minado por defensores de intervenção legislativa na causa social, como se percebe no livro *A questão social*, do jurista Viveiros de Castro (1920, p. 36-37): “Não comungando no credo da chamada *escola liberal*, não acredito que o conflito entre o capital e o trabalho possa ser resolvido pela plena liberdade contratual, por acordos livremente discutidos pelas partes interessadas: apelo francamente, resolutamente para a intervenção do Estado”⁷. José Lins do Rego,

5 Pietro Costa (2010), Paolo Grossi (2010, p. III ss.) e António Manuel Hespanha (2012, p. 372) investigaram as origens e os debates acerca da legitimidade dos direitos sociais na experiência jurídica ocidental.

6 Para uma historiografia sobre direitos trabalhistas na Primeira República, ver: Amauri Mascaro do Nascimento (1998, p. 148 ss.).

7 É possível encontrar outros questionamentos à concepção jurídica liberal nos escritos de Evaristo de Moraes (1905, p. 9) e de Ruy Barbosa ([1919] 1999, p. 381). Segundo Ângela de Castro Gomes (2005, p. 202; p. 226), o Estado liberal seria superado apenas com o intervencionismo do Estado Novo, em que, ao se antecipar às reivindicações sociais concedendo direitos sociais, Getúlio Vargas cooptava os movimentos sociais.

que estudou direito na Faculdade do Recife (COUTINHO, 1980, p. 6)⁸, teria tomado conhecimento desses debates jurídicos e estaria apoiando a tese que legitimava a incorporação de direitos sociais ao sistema jurídico nacional?

Mas, afinal, o que significa a denúncia social de *O moleque Ricardo*? É uma luta por direitos, um manifesto revolucionário, um discurso neutro das condições de vida do proletariado ou o quê? Aprofundando: por que um escritor que é, atualmente, reconhecido por sua mentalidade tradicionalista e ruralista ocasionou disputas de sentido tão distintas? Em *Menino de engenho* (1932), *Doidinho* (1933) e *Banguê* (1934), José Lins do Rego havia começado a escrever o seu famoso *ciclo da cana-de-açúcar*, um conjunto de romances em que narrou a substituição dos velhos engenhos de açúcar nordestinos pelas modernas usinas. Mas a decadência dos engenhos extrapolava a dimensão econômica⁹. Ela ocasionava a destruição de todo um tipo específico de sociabilidade que os engenhos construíram em volta de si, com contornos sociais, culturais e normativos próprios¹⁰. Para Rego, não havia avanço civilizatório nesse processo. Ao contrário, ele carregava um sentido de perda muito grande¹¹. A nostalgia está incrustada nas páginas de seus romances. José Maurício Gomes de Almeida (1999, p. 116) indicou, em comparação a Marcel Proust, que Rego escrevia para reconstruir um tempo que havia se perdido e que lhe deixava saudades. Mas, em 1935, Rego ainda não havia publicado *Usina*, romance central na exposição de sua visão de mundo. Devido à incompletude do *ciclo da cana*, não foi possível perceber naquele momento a extensão do tradicionalismo do autor. A influência intelectual decisiva de Gilberto Freyre sobre José Lins do Rego, iniciada em 1923, embora conhecida nos círculos literários, ainda não estava inteiramente dimensionada. A rigor, sequer o alcance da mentalidade tradicionalista de Freyre era totalmente evidente. As críticas à industrialização e à urbanização ingressaram na agenda temática das publicações de Freyre em obras posteriores a *O moleque Ricardo*, começando, principalmente, em *Sobrados e mucambos*. Só então se delimitou inteiramente o paralelo entre a linguagem sociológica de Freyre e a literária de Rego. Esses fatores foram decisivos para a multiplicidade de sentidos atribuídos a *O moleque Ricardo*.

DESSENDANDO O SENTIDO...

Em 1932, José Lins do Rego publicou o seu primeiro romance, *Menino de engenho*, narrando as aventuras de Carlinhos no engenho Santa Rosa, propriedade de seu avô José Paulino. Em *Doidinho*, a criança percorreu o caminho típico dos descendentes de senhor de engenho: foi matriculado em colégio interno de um centro regional de maior expressão. No terceiro romance, *Banguê*, Carlinhos já é Carlos de Melo,

8 Para detalhes biográficos de José Lins do Rego, ver: Bernardo Buarque de Hollanda (2012) e a autobiografia *Meus verdes anos* (REGO, [1956] 2008a).

9 Gadiel Perruci (1978) realizou importante pesquisa sobre a decadência dos engenhos devida à industrialização.

10 Para uma abordagem da dimensão normativa dos engenhos, peço licença para indicar um trabalho de minha autoria (MANSUR, 2024).

11 Ver nesse sentido: Antonio Candido ([1945] 1991) e José Luiz Passos (2012, p. 12).

doutor com anel no dedo, formado em direito na Faculdade do Recife. O rapaz retornara ao engenho Santa Rosa e, após morte do velho José Paulino, herdou parte de suas propriedades. Mas a usina São Félix já espreitava as terras da região desde os tempos do falecido coronel. “Outros engenhos já tinham caído. O Santo Antônio, Boa Sorte, Bugari [...]. A usina comia, um por um, os engenhos. O meu avô resistiu” (REGO, [1934] 2011a, p. 187). Carlos de Melo, porém, não teria o vigor do seu avô para enfrentar a usina; acabaria por vender as terras. Mas quem as compraria seria o dr. Juca, seu tio, a quem também se transmitiram propriedades de José Paulino. Para não ser engolido pela São Félix, o próprio Juca se tornou usineiro, criando a Bom Jesus. O quarto romance desse conjunto de obras já tinha até nome – *Usina* – e seria responsável pelo desfecho da trama, com a Bom Jesus falindo devido à monopolização capitalista da produção pela São Félix.

Ao iniciar a escrita de *Usina*, porém, José Lins do Rego acabou por escrever *O moleque Ricardo*. Jayme de Barros (1935) explicou o motivo da mudança aos leitores da época: “Começou a escrevê-lo [o livro *Usina*] e logo no primeiro capítulo, no lançamento da figura de Ricardo, descobriu, dominado pelo assunto, que possuía um bom romance. Não parou”. Os planos de *Usina* seriam adiados para o ano seguinte. *O moleque Ricardo*, que não foi projetado inicialmente, surgiu como uma surpresa, uma narrativa com que Rego se deparou e não pôde deixar de contar. Um romance urbano aparecia em meio a toda obra campestre anterior. Essa mudança abrupta explica, em parte, as dificuldades que a crítica literária da época teve em entender o sentido da denúncia social presente no novo romance: ele foi interpretado separado das obras anteriores, como se o autor tivesse mudado seus interesses literários. Mas sua mensagem não está dissociada do resto do *ciclo da cana-de-açúcar*. Sua função foi explorar a outra face da modernização da economia brasileira: se parcela dos antigos trabalhadores escravizados dos engenhos foi incorporada à mão de obra livre da usina, outra parte migrou para as cidades formando as massas do proletariado urbano. Para nenhuma delas, segundo a interpretação histórica e o engajamento ideológico de Rego, a vida correria mais doce do que era nos engenhos. Quimeras da liberdade questionadas por uma visão de mundo tradicionalista e, em certo sentido, reacionária, que foi confundida até com romance proletário!

Ricardo era moleque da bagaceira, nome pelo qual se chamavam os filhos dos trabalhadores dos engenhos. Ele tinha a idade de Carlinhos, o menino da casa-grande. Os dois eram companheiros de brincadeiras em *Menino de engenho*. “Filho do branco e do preto, correndo pela estrada atrás de passarinho./ Pela plantação adentro, crescendo os dois meninos, sempre pequeninos”, canta Milton Nascimento (1978) para retratar esses momentos de socialização entre brancos e negros que a infância conseguia incutir mesmo em uma sociedade tão estratificada como a brasileira, seja antes ou após a abolição da escravidão. Mas os destinos dos jovens Carlinhos e Ricardo já estavam traçados. Um na fazenda iria mandar e outro trabalhar:

Filho do senhor vai embora, tempo de estudos na cidade grande.

[...]

Quando volta já é outro, trouxe até sinhá mocinha pra apresentar.

[...]

Já tem nome de doutor, e agora na fazenda é quem vai mandar.

E seu velho camarada, já não brinca, mas trabalha.

José Lins do Rego, embora fosse entusiasta da organização social dos engenhos em relação aos novos tempos, não se acanhava em narrar muitas mazelas a ela associadas¹²: Ricardo, por exemplo, precisou fugir do engenho para gozar a liberdade no Recife. “Fugir” continuava a ser a palavra certa mesmo após o 13 de maio, se não para os trabalhadores de mão de obra alugada, ao menos para os “negros da casa-grande”, que continuavam a viver em regime próximo à escravidão, trabalhando em serviços domésticos em troca de alimentação e moradia. José Paulino esbravejou com a fuga de Ricardo e, no romance *Pureza* (1937), José Lins do Rego narrou acontecimentos similares com o personagem Luís, menino negro e órfão que “fugiu do engenho dele [engenho Juçara, do coronel Zé Joaquim], há bem uns seis meses e agora o coronel soube que está aqui e mandou levar ele. [...] O menino é cria da casa. Desde pequenino que ele vive pela cozinha do engenho” (REGO, [1937] 2012b, p. 64). Crescendo um pouco mais, Ricardo, que já tinha os seus 16 anos, iria perder os “benefícios” de moleque doméstico¹³, que lavava cavalo, tirava leite de vaca e buscava jornal na estação de trem. “Cairia no eito”, trabalhando de alugado, com enxada na mão. Só fugindo do engenho conseguiria uma vida diferente daquela dos trabalhadores que ele via. Quem sabe aprenderia um ofício na cidade? Decidiu ir para o Recife. Depois, com tudo em ordem, mandaria buscar a família, a mãe Avelina, “negra da cozinha”, a irmã Maria Pia e o pequeno irmão Ricardo. Seriam estudados e felizes.

No meio urbano, o moleque não encontrou a liberdade esperada, mas apenas a livre escolha entre vender a sua força de trabalho por alguns tostões ou morrer: uma narrativa sobre o desajuste no negro na expansão urbana que poderia aproximar o tradicionalista José Lins do Rego a Florestan Fernandes (2021, p. 97). Mas Ricardo não tinha família sob sua dependência e morava nos fundos da padaria em que trabalhava. Até que vivia sem grandes dificuldades. Os 90 mil réis mensais de ordenado sobravam para aquela vida de solteiro. Virgínius da Gama e Melo ([1956] 1991, p. 279) percebeu corretamente que a estratégia narrativa usada por José Lins do Rego para expor a questão social do Recife foi mobilizá-la nos enredos dos demais empregados da padaria, Clodoaldo, Simão, Deodato, Florêncio, Jesuíno, Francisco, Leopoldino, entre outros. Conforme Ricardo conhecia mais intimamente os companheiros, as misérias de suas vidas se revelavam. O caso mais trágico era o da família do masseiro Florêncio:

Florêncio tinha família grande. O negro do cilindro sustentava um familião. Aquela gente passava mesmo necessidade. Ali eles tinham que comprar tudo, pagavam o casebre onde moravam. Pior que no engenho. Eles passavam mais fome que no engenho. Lá pelo menos plantavam para comer, tinham as suas espigas de milho, a sua fava para encher a barriga. No Recife tudo se comprava. Estivera na casa do Florêncio para não ir mais. O masseiro, a mulher, e quatro filhos, dormindo numa

12 Nos romances *Pedra Bonita* (REGO, [1938] 2011c) e *Cangaceiros* (REGO, [1953] 2011b), por exemplo, José Lins do Rego mostrava como os senhores de engenho tinham íntimas ligações com cangaceiros (MANSUR, 2019).

13 Para a historiografia sobre relações de parentesco e estratificação social nos engenhos, ver: Manuel Diégues Júnior (1952, p. 117-120); e, para a análise de sua representação na obra de Rego, ver: Zahidé Machado Neto (1971, p. 42-43) e José Sérgio Leite Lopes (1973).

tapera de quatro paredes de caixão, coberta por zinco. Custava 12 mil-réis. A água do mangue, na maré cheia, ia dentro de casa. Os maruins de noite encalombavam o corpo dos meninos. O mangue tinha ocasião que fedía, e os urubus faziam ponto por ali atrás dos petiscos. Perto da rua lavavam couro de boi, pele de bode para o curtume de um espanhol. Morria peixe envenenado, e quando a maré secava, os urubus enchiam o papo, ciscavam a lama, passeando banheiros pelas biqueiras dos mocambos. Comiam as tripas de peixe que sacudiam pela porta afora. O bicho feio ficava na espreita, esperando. Os filhos do Florêncio passavam o dia pelo lixo que as carroças deixavam num pedaço de maré que estavam aterrando. Chegavam em casa, às vezes, com presas magníficas: botinas velhas, roupas rasgadas, trapos que serviam para forrar o chão, tapar os buracos que os caranguejos faziam dentro de casa. Eram bons companheiros os caranguejos. Viviam deles, roíam-lhes as patas, comiam-lhes as vísceras amargas. Cozinham nas panelas de barro, e os goiamuns de olhos azuis, magros que só tinham casco, enchiam a barriga deles. Morar na beira do mangue só tinha esta vantagem: os caranguejos. Com o primeiro trovão que estourava, saíam doidos dos buracos, enchiam as casas com o susto. Os meninos pegavam os fugitivos e quando havia de sobra encangavam para vender. Para isto andavam de noite na lama com lamparina acesa na perseguição. Caranguejo ali era mesmo que vaca leiteira, sustentava o povo. Ricardo ficou com o pensamento na casa de Florêncio. Os meninos eram amarelos como os dos engenhos, mas eram mais infelizes ainda. Lá eles tinham o rio e a capoeira para entreter os vermes e o impaludismo. Os filhos de Florêncio faziam concorrência com os urubus, cascavilhando o lixo. Por que o masseiro não se mudava dali? Havia tanto lugar bom para pobre morar. Florêncio lhe deu as razões. Precisava de comer. Aonde encontrar casa por 12 mil-réis? Ali pelo menos tinha água para os meninos tomarem banho e caranguejo. (REGO, [1935] 2008b, p. 70-71).

Essa passagem é um observatório privilegiado para visualizar o significado da crítica social em *O moleque Ricardo*. O salário de Florêncio, de 4 mil-réis por noite de trabalho na padaria (REGO, [1935] 2008b, p. 72), não sustentava com um mínimo de dignidade a sua família, que se submetia a péssimas condições de moradia, alimentação, saúde etc. Mas a representação da situação dessa família não foi feita de forma neutra e desengajada, como fizeram crer Raymundo Magalhães Júnior, Virgínius da Gama e Melo e Manuel Cavalcanti Proença. Ao mesmo tempo que a questão social ingressa no enredo, aquela nostalgia encontrada nos outros romances do *ciclo da cana-de-açúcar* também se revela em *O moleque Ricardo*. Nota-se o saudosismo de José Lins do Rego em relação aos tempos em que o Brasil era predominantemente rural, em que o engenho dominava soberanamente a paisagem física e socioeconômica. Comparado à cidade, o engenho é representado como local em que não faltava comida. Podia não ter fartura, mas era generoso. Tinha a vaca leiteira, as roças de subsistência junto ao plantio da cana, que não deixavam a barriga totalmente vazia. Rego utilizou Ricardo, moleque que nasceu no engenho, com o intuito de desiludi-lo com a vida na cidade. “O moleque saiu com um nó na garganta. Ter fome era o diabo. No engenho o povo se aliviava na fava, na batata-doce. Ali não. Era mesmo não ter o que comer. A barriga roncando sem engano de espécie alguma” (REGO, [1935] 2008b, p. 110). A saudade que Ricardo sente do engenho é a saudade da visão de mundo tradicionalista do romancista (BENÍTEZ, 2007, p. 47).

Se o trabalhador do engenho conseguisse permissão do senhor para construir um sítio ou mesmo uma casa com um pedacinho de terra nos fundos para cultivar, aí é que não lhe faltaria comida: “O seu roçado de algodão e de fava garantia essa meia liberdade que gozava” (REGO, [1932] 2012a, p. 59), escreveu José Lins do Rego sobre a vida dos foreiros em *Menino de engenho*. A finalidade comparativa é evidente: na cidade, não há terra para plantar, nem casa para morar. Moradia e alimentação foram colocadas no mercado: “Ali eles tinham que comprar tudo, pagavam o casebre onde moravam. Pior que no engenho. Eles passavam mais fome que no engenho”, diz um trecho já citado. Não tendo dinheiro para pagar, se passaria necessidade. É nesse sentido de valorização do mundo rural dos engenhos em detrimento ao urbano que Rego parece falar por meio de alguns de seus personagens, como quando pôs as seguintes palavras na boca da esposa de Florêncio, personagem também desenganada com o Recife:

Bem que vivia satisfeita em Limoeiro do Norte. Florêncio trabalhava na prensa de algodão do coronel Furtado. A casa em que a gente morava, uma pessoa podia entrar. [...]. Botaram na cabeça de Florêncio que no Recife a cousa era melhor. Tanto falaram, que Florêncio bateu por aqui. E é o que o senhor está vendo. Esta miséria toda. (REGO, [1935] 2008b, p. 109).

A vida de Florêncio pioraria. Se, de ordinário, sua família já tinha privações com o salário de masseiro, uma vez doente, primeiro, por intoxicação do fígado provocada pelo curtume que havia perto do mangue onde morava, depois, por um tiro dado no seu peito por um soldado do exército na greve de que participou, agora, os seus sobreviveriam de ajudas dos amigos da padaria, de caranguejos catados do mangue, de esmolas dadas por um cego pedinte e de furtos famélicos nos quais se iniciaram as crianças de Florêncio (REGO, [1935] 2008b, p. 149-151). Sem salário ou salvaguarda de direitos sociais, praticamente inexistentes na época, a situação de Florêncio fez Ricardo solicitar ajuda ao proprietário da padaria. Seu Alexandre, o dono, respondeu afirmando que já cumprira a obrigação que tinha, a de pagar o salário:

Não deu um tostão para o masseiro atravessar a doença. Ricardo fora-lhe mesmo pedir contando a história, a forma, os sofrimentos de Florêncio. Seu Alexandre só fez lhe dizer: – Que hei de fazer, seu Ricardo? Que hei de fazer? O rapaz devia estar preparado para estas dificuldades. Não lhe pago quadro mil-réis por dia, senhor Ricardo? (REGO, [1935] 2008b, p. 114).

Analisando a postura de Alexandre em conjunto com algumas passagens de *Menino de engenho* e *Banguê*, percebe-se, outra vez, o confronto entre as duas realidades. O senhor José Paulino “acudia sempre uma mulher de cara de necessidade: a pobre mulher que paria os seus muitos filhos em cama de vara e criava-os até grandes com o leite de seus úberes de mochila” (REGO, [1932] 2012a, p. 57). No engenho, as crianças “bebiam leite da casa-grande, não precisavam pescar caranguejo para roer as patas” (REGO, [1935] 2008b, p. 100). Poderia não ser muito, mas não se passaria fome, “a garrafa de leite do engenho faria o milagre da multiplicação, daria para o

dia inteiro, para calar todos os choros de fome” (REGO, [1934] 2011a, p. 55). Para os doentes, o senhor tinha responsabilidade, garantia o tratamento, não seriam como seu Alexandre. “Noutra casa o povo todo estava caído de sezão. Tinham voltado da várzea de Goiana amarelos e inchados de paludismo. – Mande o menino buscar quinine no engenho” (REGO, [1932] 2012a, p. 59). E, na Sexta-Feira Santa, se esbanjava: “Os moradores vinham então pedir o jejum, em bandos. Davam-lhes bacalhau [peixe salgado] e farinha” (REGO, [1932] 2012a, p. 62-63).

Seu Alexandre não tinha humanidade, se escondia atrás da impessoalidade do contrato jurídico. Cumpria os deveres que estavam predeterminados, mas, anestesiado pelo individualismo do modo de vida das cidades e pelo direito, não se solidarizava em caso de qualquer necessidade além: não era de sua responsabilidade. As relações que mantinha com seus funcionários eram reduzidas pela racionalização econômica à calculabilidade dos gastos com a força de trabalho que o direito possibilitava. “Operário secou o braço, é como fonte, ninguém procura mais. Operário só presta mesmo para o trabalho” (REGO, [1935] 2008b, p. 114), desabafava Florêncio. Levando essa concepção jurídica ao limite, vê-se que a denúncia em *O moleque Ricardo* não pode significar qualquer tipo de luta por legislações sociais. Agregar direitos ao proletariado não resolveria o problema desse mundo impessoal, desencantado e anestesiado, apenas adicionaria alguns custos a mais no cálculo com que o burguês mediava a sua relação com os empregados, sem modificar a sua natureza desumanizada¹⁴.

Situação bem diversa ocorreria nos engenhos de açúcar. Na representação feita por José Lins do Rego, o engenho, além de unidade de produção econômica, era também local onde a vida social ocorria, onde senhores e trabalhadores nasciam, viviam e morriam. Classes ou estratos sociais antagônicos rezavam, festejavam, enfim, socializavam na vida cotidiana, tudo no mesmo espaço. Essa vida conjunta criaria laços pessoais e zonas de confraternização e solidariedade, unindo as vidas dos sujeitos sociais mais antagônicos. Os sofrimentos do povo, aquele povo que vivia junto à família da casa-grande, estavam ali, para ser vistos aos olhos nus pelo senhor, que, somente se fosse muito cruel, não lhe desassistiria. Não havia condições para uma invisibilidade em meio à multidão como que ocorre nas cidades. Na cidade, como Bernardo Buarque de Hollanda e Regiane Matos (2019, p. 118) perceberam ao estudar o espaço urbano em *O moleque Ricardo*, “ricos, pobres, agregados e párias distribuem-se pelos bairros”. A miséria vai para longe do burguês, e com ela qualquer estímulo à solidariedade.

É perceptível como as representações distintas do modo de agir do senhor de engenho e do burguês foram influenciadas pela visão de mundo de Gilberto Freyre, amigo íntimo de José Lins do Rego desde 1923, quando se conheceram no Recife (REGO, 1941; FREYRE, 1978; [1962] 1987; BRAGA-PINTO, 2011, p. 17). Que o romancista

14 Essas passagens ajudam a perceber como José Lins do Rego representava questões que a sociologia discutia sobre a ação racional e calculável dos indivíduos nas zonas urbanas capitalistas (SIMMEL, 1976; 2005), em contrapartida a sociedades patriarcais: “Também o senhor ‘deve’, portanto, alguma coisa ao submetido, não juridicamente, mas de acordo com o costume. Sobretudo – já em seu interesse próprio – proteção de perigos externos e ajuda em caso de necessidade, além de um tratamento ‘humano’” (WEBER, 2004, v. 2, p. 237).

construiu suas obras sobre a decadência dos engenhos com base na interpretação histórica de Freyre, isso não é novidade, sendo muito bem estudado por José Aderaldo Castello (1961, p. 85), Enrique Rodríguez Larreta e Guillermo Giucci (2007, p. 232), Luciano Trigo (2002, p. 51), César Braga-Pinto (2004; 2018, p. 337-430; 2023, p. 192), Cauby Dantas (2015) e Mariana Chaguri (2009, p. 95). Bernardo Buarque de Hollanda (2012, p. 215), aliás, tem uma passagem exemplar que explicita bem como os amigos partilhavam o mesmo sentimento de perda com o advento da usina: “A visão de mundo do escritor [José Lins do Rego] centra-se nesse estado de destruição advindo da mecanização. [...] A razão principal para tal lamento baseia-se no fato de que outrora, influenciado pela perspectiva crítica do amigo Gilberto Freyre, o mundo dos engenhos formara grandes ‘zonas de confraternização’”. Aquela solidariedade dos engenhos que Rego mobilizou em suas narrativas tem nos ensaios de Freyre exposição em linguagem abstrata. Em certo sentido, Rego encenou a interpretação histórica de Freyre.

A tese de Gilberto Freyre ([1933] 2003) em *Casa-grande e senzala* era justamente esta: a de que a colonização brasileira, embora feita por etnias e classes sociais antagônicas, senhores e escravos, teria, com o passar dos séculos, criado espaços de solidariedade, responsáveis por equilibrar o antagonismo originário¹⁵. Mas com a dissolução dos engenhos e “a urbanização do país”, analisadas na obra *Sobrados e mucambos* de 1936, “ganharam tais antagonismos uma intensidade nova; o equilíbrio entre brancos de sobrado e pretos, caboclos e pardos livres dos mucambos não seria o mesmo entre os brancos das velhas casas-grandes e os negros das senzalas” (FREYRE, 1936, p. 160). Em consequência desse desequilíbrio, foi “engrossando a população dos mucambos: trabalhadores livres sem remédio, sem assistência, sem amparo quase nenhum das casas-grandes” (FREYRE, 1936, p. 161). O avanço capitalista destruiria, em sua visão, as zonas de confraternização, piorando as condições de vida dos trabalhadores, que agora estariam desassistidos em suas precisões¹⁶. Cinco anos mais tarde, numa polêmica afirmação presente em *Região e tradição*, Gilberto Freyre seria ainda mais incisivo, afirmando que o escravizado brasileiro viveu melhor que o futuro trabalhador assalariado, seja da usina ou da cidade:

O escravo gozava de uma assistência social de que de modo nenhum goza o operário moderno. [...] É a condição do escravo, valorizado pelo senhor patriarcal, que contrasta com a dos trabalhadores de eito e operários de fábrica de hoje, mal alimentados, mal dormidos. [...] Os direitos da infância eram assim mais respeitados pelos senhores de engenho do Nordeste que pelos donos de fábrica na Europa da mesma época. (FREYRE, [1941] 1968, p. 184-187).

15 Para uma análise das duas primeiras obras de Gilberto Freyre, explorando a formação e a decadência da família patriarcal brasileira, ver o clássico: *Guerra e paz: Casa-grande e senzala e a obra de Gilberto Freyre nos anos 30*, de Ricardo Benzaquen de Araújo (1994).

16 Não se pretende neste artigo investigar a validade da obra de José Lins do Rego e Gilberto Freyre enquanto interpretação histórica. Para críticas às suas representações, ver: Peter Eisenberg (1989, p. 101) e Christine Rufino Dabat (2012, p. 811). Caio Prado Jr. (1961, p. 25-26) tem um bom ponto de equilíbrio ao perceber que o empreendimento dos engenhos era de natureza comercial, usando o trabalho forçado, mas também ao notar que o uso da força não foi sua única forma de sustentação.

A assistência aos moradores dos engenhos, com moradia, alimentação, respeito à infância, elementos que Gilberto Freyre destacou nesse trecho, tem ressonância enorme nos romances de José Lins do Rego. Os críticos marxistas de 1935 se enganaram categoricamente: não era romance proletário, nem romance pequeno-burguês. É possível afirmar que o romance se assemelha mais àquele socialismo feudal europeu do qual Marx e Engels (2010, p. 59) falavam: “em parte ecos do passado, em parte ameaças ao futuro”. Embora o socialismo feudal fosse reacionário, “sua crítica amarga, mordaz e espirituosa feriu a burguesia no coração” (MARX; ENGELS, 2010, p. 59-60). É o que se percebe em *O moleque Ricardo*: justamente por se opor, mesmo que por reação, aos avanços da modernidade, José Lins do Rego fez belo registro da questão social. Se fosse escritor burguês engajado, incapaz de questionar os limites do capitalismo, não capturaria as péssimas condições de vida do proletariado. Talvez a crítica marxista da época fosse mais feliz se tivesse tido contato com os textos de Karl Marx e Friedrich Engels sobre literatura. Poderia perceber a semelhança de Rego com Honoré de Balzac que, para Engels, justamente por ser legitimista, conseguia retratar a miséria da sociedade burguesa como ninguém (ENGELS, 1974, p. 197).

Mas, se hoje a historiografia consegue reconstruir o sentido conservador da denúncia social em *O moleque Ricardo*, por que os críticos literários da época não o fizeram? É importante notar que *O moleque Ricardo* é de 1935. Mas a desconsolo de Gilberto Freyre com a decadência do patriarcalismo brasileiro foi trazido a público de maneira decisiva e completa somente com a publicação de *Sobrados e mucambos*, de 1936. Antes disso, não era totalmente clara a extensão do tradicionalismo de Freyre, tampouco de que maneira ele afetava a obra de José Lins do Rego. Ou seja, pelo lapso de um ano aproximadamente, não havia o pano de fundo que ajuda a entender *O moleque Ricardo*, que era livre para ter seu sentido disputado.

Analisando periódicos da época, nota-se como, a partir do momento em que *Sobrados e mucambos* se tornou disponível aos leitores, começaram a surgir interpretações que tangenciavam melhor o sentido da denúncia social em *O moleque Ricardo*. Na segunda edição de 1936 da revista *Boletim de Ariel*, Dante Costa (1936) dizia: “Gilberto Freyre, escrevendo *Casa grande e senzala* e esse grande estudo dos *Sobrados e mucambos*, dá-nos a explicação erudita e bela de um mundo rural do qual José Lins do Rego é o narrador”. Na edição seguinte do *Boletim de Ariel*, Aderbal de Araújo Jurema (1936) não hesitaria ao dar centralidade à frustração de Ricardo, que, na primeira parte do romance *Usina*, publicado em 1936, retornava ao engenho Santa Rosa após ficar preso em Fernando de Noronha por participar de greve¹⁷: “Saíra da bagaceira do engenho para não cair no eito como os seus irmãos, pensando levar vida mais livre na cidade. [...] Ficou-lhe a experiência de que na cidade não se sofre menos que no campo”. Aliás, a conclusão do *ciclo da cana-de-açúcar*, com *Usina*, também foi decisiva para que a crítica literária capturasse o sentido correto da denúncia de *O moleque Ricardo*.

Em *Usina*, Ricardo voltava esperançoso em ser acolhido pelo mundo dos engenhos

17 O código penal de 1890 previa que somente greves violentas seriam punidas com prisão de um a três meses.

Mas Ricardo e amigos ficaram presos por dois anos (REGO, [1936] 2012c, p. 39), provavelmente, sem julgamento, em prisão preventiva. Para história do direito de greve do Brasil, ver: Gustavo Silveira Siqueira (2017).

do qual fugira. Mas o engenho Santa Rosa já não era o mesmo. A usina Bom Jesus transformou as relações de produção e formas de vida. Não havia mais espaço para a plantação de subsistência dos moradores. A usina precisava de terras, e o dr. Juca “tivera que botar para fora muita gente viciada com os tempos do velho José Paulino. Queriam ficar na propriedade, desfrutar das terras e fugir das obrigações [...]. Em banguê podia ser, mas usina não podia aguentar regalias. A terra era pouco para cana” (REGO, [1936] 2012c, p. 214). Agora, toda a alimentação dos moradores era adquirida no barracão da usina: “expulsos da várzea, os pobres haviam perdido o socorro do rio, das fruteiras, da batata-doce. O que tinham para comer era o que os pais levavam do barracão: o meio quilo de bacalhau, a quarta de carne, a farinha seca” (REGO, [1936] 2012c, p. 184). A usina, muito mais produtiva do que o engenho, era, contraditoriamente, mais rígida, explorava mais o trabalho e a terra: exigências da concorrência capitalista.

No campo, ocorria também a desumanização do usineiro, cada vez mais envolvido só com a produção do açúcar, sem olhar para as necessidades dos moradores. “Usina não tinha coração, usineiro só queria terras e mais terras” (REGO, [1934] 2011a, p. 189). Hélio Pólvora ([1973] 1991, p. 313) analisou a transformação da vida no campo de forma precisa: “mudaram as relações entre senhores e agregados fundamentadas no paternalismo. A usina é uma máquina de produção que não respeita direitos coletivos, que não administra o trato condescendente dos velhos barões feudais”. É verdade que Rego também representou senhores de engenhos sádicos, como o major Ursolino. Mas o trato dos senhores com seus moradores era manifestação de sua personalidade: dependia de seu caráter. A usina, porém, desumanizava, era impessoal. Fossem os usineiros sujeitos acolhedores ou maliciosos, precisavam se curvar ao mercado, criação dos homens que tomava vida própria e os dominava. José Lins do Rego, em reportagem de Clóvis Gusmão, explicaria o dr. Juca, submetido à impessoalidade da usina, à produção capitalista:

O dr. Juca também é um tipo social. O senhor de engenho em última fase, com fumaças de homem sem coração, mas, no fundo, impregnado também da dor que as lutas entre o homem e a máquina, entre o capital e o braço engendram pelos canaviais do sertão. Sem aquela condição – o ciclo da cana em sua fase capitalista – não poderiam existir homens como o dr. Juca. A maldade aparente de Juca é um produto do meio, das condições em que ele vive, muito mais duras do que aquelas em que viveu o velho José Paulino. (REGO apud GUSMÃO, [1941] 1991, p. 55).

Outra vez José Lins do Rego estava em consonância com Gilberto Freyre: “quem conhece essa região brasileira não pela crosta, mas pela intimidade social, sabe a distância enorme que separa um senhor de engenho antigo do moderno usineiro” (FREYRE, 1938, p. X). Ricardo morreria em *Usina* com um tiro. Jogou-se na frente da bala para defender os trabalhadores, que, esfomeados, tentavam saquear o barracão da usina Bom Jesus. “Os tempos de banguê pareciam de uma época distante, longínqua. Lembravam-se deles, com suspiros. Tempos que se foram, tempos que não voltariam mais” (REGO, [1936] 2012c, p. 272).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo investigou os diversos sentidos com que a denúncia social presente no romance *O moleque Ricardo* foi recebida pela crítica especializada da época, tentando explicar o porquê de José Lins do Rego, escritor consagrado por sua visão de mundo tradicionalista, teve um romance recepcionado de modo diverso. *O moleque Ricardo* foi lido como um romance proletário, como um romance reformista que lutava por direitos sociais ou como uma mera crítica social desengajada. Até o ano de 1936, não encontrei registros em críticas de jornais que vinculassem *O moleque Ricardo* a uma visão de mundo tradicionalista. Embora Rego desse indícios de suas posições ideológicas nas obras precedentes do *ciclo da cana-de-açúcar*, foi somente com *Usina* que se tornou evidente que as memórias de *Menino de engenho* eram mais que saudades da infância. *Usina* contrapôs o modo de vida tradicional dos engenhos à industrialização do campo com o intuito de defender as velhas estruturas sociais. Ao revelar a sua estratégia narrativa, *Usina* permitiu reler *O moleque Ricardo*. As duas obras postulavam a ideia de que a derrocada dos engenhos tornou a vida do trabalhador mais difícil, seja na cidade ou no campo. A miséria citadina, em *O moleque Ricardo*, tem sempre a sombra do generoso engenho, onde a vida correria de forma muito mais doce e humana. A denúncia social de *O moleque Ricardo* é vinculada a concepções passadistas e reacionárias (BARBOSA, 2015).

A partir da publicação de *Usina*, são encontradas as primeiras críticas em jornais a atribuírem o sentido correto à denúncia social de *O moleque Ricardo*. Mas um outro fato também foi decisivo para a mudança de rumo nas interpretações: a percepção mais generalizada da grande extensão da influência de Gilberto Freyre sobre a visão de mundo de José Lins do Rego, até então não completamente notada. A rigor, Freyre não havia se mostrado por completo. Embora a valorização das culturas brasileira e nordestina por Freyre fosse notória desde meados dos anos 1920 (LARRETA; GIUCCI, 2007, p. 213; CHACON, 1993, p. 172; BASTOS, 2000, p. 127; SKIDMORE, 2003, p. 51), *Sobrados e mucambos*, livro em que a sua contraposição à urbanização e à industrialização se tornaria patente, ainda não havia sido publicado em 1935. Atualmente, a obra de Freyre é indispensável para compreender o *ciclo da cana-de-açúcar* de Rego, como Bernardo Gersen ([1957] 1991, p. 156), pseudônimo de um pouco conhecido crítico literário proveniente da Polônia, afirmou: “Se a obra de Gilberto Freyre explicita o background moral e sociológico do *Ciclo da Cana-de-açúcar* e dos livros que o completam – os romances levam às suas últimas consequências as premissas contidas no ensaio”. Mas, em 1935, esse anteparo não era evidente: *Sobrados e mucambos* estava em elaboração. É bem sugestivo como, a partir da publicação de *Sobrados e mucambos*, assim como de *Usina*, ambos de 1936, as interpretações de *O moleque Ricardo* mudaram de sentido. A sociologia histórica de Gilberto Freyre traduziu em linguagem teórica a nostalgia do romance de José Lins do Rego.

SOBRE O AUTOR

JOÃO PAULO MANSUR é doutor em direito pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e integrante do Studium Iuris (UFMG-CNPq), grupo de pesquisa em história da cultura jurídica.
jpmansur@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0002-5849-992X>

REFERÊNCIAS

- AARON, David. *Writers on the left: episodes in American literary communism*. New York: Harcourt, 1961.
- ALMEIDA, José Maurício Gomes de. *A tradição regionalista no romance brasileiro (1857-1945)*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999.
- AMADO, Jorge. Cidades do Brasil. *A Manhã*, Rio de Janeiro, n. 124, 17 set. 1935, p. 3. Hemeroteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional.
- AMADO, Jorge. (1935). *Jubiabá*. 52. ed. Rio de Janeiro: Record, 1995.
- ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. *Guerra e paz: casa-grande e senzala e a obra de Gilberto Freyre nos anos 30*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1994.
- BARBOSA, Paula Maciel. Entre a casa-grande e o mocambo: *O moleque Ricardo* no ciclo da cana-de-açúcar de José Lins do Rego. *Literatura e Sociedade*, v. 20, p. 6-25, 2015. <http://dx.doi.org/10.11606/voizop6-25>.
- BARBOSA, Ruy. (1919). A questão social e política no Brasil. In: BARBOSA, Ruy (Org.). *Pensamento e ação de Ruy Barbosa*. Organização e seleção de textos pela Fundação Casa de Rui Barbosa. Brasília: Senado Federal, 1999, p. 367-418. (Coleção Biblioteca Básica Brasileira). Disponível em: <https://shorturl.at/OfICD>. Acesso em: fev. 2024.
- BARROS, Jayme de. O moleque Ricardo. *Diário de Pernambuco*, Recife, n. 217, 15 set. 1935. 2ª seção, p. 1. Hemeroteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional.
- BASTOS, Élide Rugai. O tema da decadência em *Sobrados e mucambos*. In: MIRANDA, Maria do Carmo Tavares de (Org.). *Quem somos nós: 60 anos de Sobrados e mucambos*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2000, p. 157-170.
- BENÍTEZ, María Elvira Díaz. O moleque Ricardo como crônica de vida de famílias negras urbanas na época da decadência do patriarcalismo. *Revista de ciências sociais*, v. 38, n. 2, p. 46-65, 2007. Disponível em: <http://periodicos.ufc.br/revciensio/article/view/531>. Acesso em: fev. 2024.
- BEZERRA, Alcides. O romancista da Várzea da Paraíba (a propósito de “Moleque Ricardo”). *Boletim de Ariel*, Rio de Janeiro, n. 2, 1935, p. 46-47. Hemeroteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional.
- BRAGA-PINTO, César. José Lins do Rego: sujeito aos ventos de Gilberto Freyre. *Revista de Crítica Literária Latinoamericana*, Lima-Hanover, n. 59, 2004, p. 183-203. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/4531310?seq=1>. Acesso em: fev. 2024.
- BRAGA-PINTO, César. Ordem e tradição: a conversão regionalista de José Lins do Rego. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, n. 52, 2011, p. 13-42. <https://doi.org/10.11606/issn.2316-901X.voi52p13-42>.

- BRAGA-PINTO, César. *A violência das letras: amizades e inimizades na literatura brasileira*. Rio de Janeiro (1888-1940). Rio de Janeiro: EdUERJ, 2018.
- BRAGA-PINTO, César. *Poses e posturas: performances de gênero e sexualidade na literatura brasileira (1850-1950)*. São Paulo: Alameda, 2023.
- BUENO, Luís. *Uma história do romance de 30*. São Paulo: Edusp, 2015.
- CANDIDO, Antonio. (1945). Um romancista da decadência. In: COUTINHO, Eduardo F.; CASTRO, Ângela Bezerra de (Org.). *José Lins do Rego*. João Pessoa: Edições Funes, 1991, p. 392-397.
- CARNEIRO, Edison. A revolução no romance brasileiro. *A Manhã*, Rio de Janeiro, n. 141, 6 out. 1935, p. 3. Hemeroteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional.
- CASTELLO, José Aderaldo. *José Lins do Rego: modernismo e regionalismo*. São Paulo: EdArt, 1961.
- CASTRO, Augusto Olympio Viveiros de. *A questão social*. Rio de Janeiro: C. de Oliveira, 1920.
- CHACON, Vamireh. *Gilberto Freyre: uma biografia intelectual*. São Paulo: Editora Nacional, 1993.
- CHAGURI, Mariana. *O romancista e o engenho: José Lins do Rego e o regionalismo nordestino dos anos 1920 e 1930*. São Paulo: Hucitec/Anpocs, 2009.
- COSTA, Dante. Notas de um leitor retardatário. *Boletim de Ariel*, Rio de Janeiro, n. 2, 1936, p. 39. Hemeroteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional.
- COSTA, Pietro. I diritti sociali: un diagramma del loro sviluppo. In: ARIAS, David; FERNANDEZ-BALLESTEROS, Miguel Angel (Org.). *Iuris quidditas: Liber amicorum per Bernardo Santalucia*. Napoli: Editoriale Scientifica, 2010.
- COUTINHO, Edilberto. *O romance do açúcar: José Lins do Rego*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1980.
- DABAT, Christine Rufino. *Moradores de engenho*. 2. ed. rev. Recife: UFPE, 2012.
- DALMÁS, Carine. Frentismo cultural dos comunistas no Brasil e no Chile: literatura, escritores e virada aliancionista (1935-1936). *Projeto História*, São Paulo, n. 47, 2014, p. 225-258. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/17139>. Acesso em: fev. 2024.
- DANTAS, Cauby. *Gilberto Freyre e José Lins do Rego: diálogos do senhor da casa-grande com o menino de engenho*. Campina Grande: EDUEPB, 2015.
- DIÉGUES JÚNIOR, Manuel. *O engenho de açúcar no Nordeste*. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, 1952.
- EISENBERG, Peter. *Homens esquecidos: escravos e trabalhadores livres no Brasil – séculos XVIII e XIX*. Campinas: Unicamp, 1989.
- ENGELS, Friedrich. Carta a miss Harkness de abril 1888. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich (Org.). *Sobre literatura e arte*. Trad. de Albano Lima. 4. ed. Lisboa: Estampa, 1974, p. 195-198. (Coleção Teoria n. 7).
- FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes*. 6. ed. São Paulo: Contracorrente, 2021.
- FREYRE, Gilberto. *Sobrados e mucambos: decadência do patriarcado rural no Brasil*. São Paulo: Editora Nacional, 1936.
- FREYRE, Gilberto. Prefácio. In: BELLO, Julio (Org.). *Memórias de um senhor de engenho*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1938, p. IX-XV.
- FREYRE, Gilberto. (1941). *Região e tradição*. 2. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1968.
- FREYRE, Gilberto. José Lins do Rego e eu: qual dos dois influenciou o outro?. In: FREYRE, Gilberto (Org.). *Alhos e bugalhos: ensaios sobre temas contraditórios – de Joyce à cachaça, de José Lins do Rego ao cartão-postal*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1978, p. 33-55.
- FREYRE, Gilberto. (1962). Recordando José Lins do Rego. In: FREYRE, Gilberto (Org.). *Vida, forma e cor*. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 1987, p. 57-71.
- FREYRE, Gilberto. (1933). *Casa-grande e senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 48. ed. rev. São Paulo: Global, 2003.

- GALVÃO, Patrícia. (1931). *Parque industrial*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2006.
- GASPARIAN, Helena. Manhã, A (1935). In: ABREU, Alzira Alves de et al. (Org.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro*. Rio de Janeiro: Cpdoc, 2010. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/manha-a-1935>. Acesso em: 19 set. 2024.
- GERSEN, Bernardo. (1957). José Lins do Rego e a cultura brasileira. In: COUTINHO, Eduardo F.; CASTRO, Ângela Bezerra de (Org.). *José Lins do Rego*. João Pessoa: Edições Funesc, 1991, p.155-182.
- GOMES, Angela Maria de Castro. *A invenção do trabalhismo*. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005.
- GOMES, Paulo Emílio Sales. “O moleque Ricardo” e a Aliança Nacional Libertadora. *A Manhã*, Rio de Janeiro, n. 128, 21 de set. 1935, p. 3. Hemeroteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional.
- GROSSI, Paolo. *A history of European law*. Trad. Laurence Hooper. Chichester: Wiley-Blackwell, 2010.
- GUSMÃO, Clóvis de. (1941). “A terra é quem manda em meus romances”: reportagem. In: COUTINHO, Eduardo F.; CASTRO, Ângela Bezerra de (Org.). *José Lins do Rego*. João Pessoa: Funesc, 1991, p. 52-56.
- HESPANHA, António Manuel. *Cultura jurídica europeia: síntese de um milênio*. Coimbra: Almedina, 2012.
- HOLLANDA, Bernardo Buarque de. *ABC de José Lins do Rego*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2012.
- HOLLANDA, Bernardo Buarque de; MATOS, Regiane. Cidade, história e segregação socioespacial no romance *O moleque Ricardo*, de José Lins do Rego. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, Brasil, n. 72, 2019, p. 106-124. <https://doi.org/10.11606/issn.2316-901X.voi72p106-124>.
- HOMBERGER, Eric. Proletarian literature and the John Reed clubs 1929-1935. *Journal of American Studies*, Cambridge, v. 13, n. 2, 1979, p. 221-244.
- JUREMA, Abelardo Araújo. A propósito de “moleque Ricardo”. *A Manhã*, Rio de Janeiro, n. 144, 10 de out. 1935, p. 3. Hemeroteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional.
- JUREMA, Aderbal de Araújo. O romancista da cana de açúcar. *Boletim de Ariel*, Rio de Janeiro, n. 3, 1936, p. 72. Hemeroteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional.
- LACERDA, Carlos Lacerda. Moleque Ricardo ou a revolução entrando na consciência. *A Manhã*, n. A93, Rio de Janeiro, 11 ago. 1935, p. 10. Hemeroteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional.
- LARRETA, Enrique Rodríguez; GIUCCI, Guillermo. *Gilberto Freyre, uma biografia cultural: a formação de um intelectual brasileiro, 1900-1936*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- LINS, João Paes de Albuquerque. Três romances. *A Manhã*, Rio de Janeiro, n. 175, 15 nov. 1935, p. 11. Hemeroteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional.
- LOPES, José Sérgio Leite. Relações de parentesco e de propriedade nos romances do “ciclo da cana” de José Lins do Rego. *Revista de Ciências Sociais*, Fortaleza, v. 4, n. 1, 1973, p. 45-63. Disponível em: <https://shorturl.at/j7RYF>. Acesso em: fev. 2024.
- MACHADO NETO, Zahidé. *Estrutura social dos dois Nordeste na obra de José Lins do Rego*. Salvador: UFBA, 1971.
- MAGALHÃES JÚNIOR, Raymundo. Moleque Ricardo não é comunista. *Diário de Pernambuco*, Recife, n. 151, 28 jun. 1936. 2ª seção, p. 1; p. 2. Hemeroteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional.
- MANSUR, João Paulo. Literatura ou antropologia criminal? O cangaço em *Pedra Bonita* e *Cangaceiros*. *Mana*, Rio de Janeiro, v. 25, n. 2, 2019, p. 427-455. <https://doi.org/10.1590/1678-49442019v25n2p427>.
- MANSUR, João Paulo. Os engenhos de açúcar como territórios de autonomia jurídica (1889-1930): A ordem doméstica no romance de José Lins do Rego. *Direito Público*, v. 21, n. 109, 2024, p. 143-177. <https://doi.org/10.11117/rdp.v21i109.7700>.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto comunista*. Organização e introdução de Osvaldo Coggiola. Tradução de Álvaro Pina. São Paulo: Boitempo, 2010.
- MELO, Virgínius Gama e. (1956). O romance político do Recife. In: COUTINHO, Eduardo F.; CASTRO, Ângela Bezerra de (Org.). *José Lins do Rego*. João Pessoa: Funesc, 1991, p. 278-285.

MORAES, Evaristo de. *Apontamentos de direito operário*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1905.

NASCIMENTO, Amaury Mascaro do. História do direito do trabalho no Brasil. In: FERRARI, Irany; NASCIMENTO, Amaury Mascaro do; MARTINS FILHO, Ives Gandra da Silva (Org.). *História do trabalho, do direito do trabalho e da justiça do trabalho*. São Paulo: LTr, 1998, p. 75-163.

NASCIMENTO, Milton. Morro velho. In: NASCIMENTO, Milton. *Travessia*. Rio de Janeiro: Som Livre, 1978. 1 disco (34 min.): 33 1/3 rpm, microsulcos, estéreo. 403.6152. Lado 2. Faixa 2.

PASSOS, José Luiz. O rito da modernização impossível. In: REGO, José Lins (Org.). *Usina*. 21. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2012, p. 9-28.

PERRUCCI, Gadiel. *A república das usinas: um estudo de história social e econômica do Nordeste: 1889-1930*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

PÓLVORA, Hélio. (1973). Pertinência de *Usina*. In: COUTINHO, Eduardo F; CASTRO, Ângela Bezerra de (Org.). *José Lins do Rego*. João Pessoa: Funesec, 1991.

PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo: colônia*. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 1961.

PROENÇA, Manuel Cavalcanti. O negro tinha caráter como o diabo! In: REGO, José Lins do. *O moleque Ricardo*. 17. ed., Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984, p. 23-67.

RAGON, Michel. *Histoire de la littérature prolétarienne de la langue française*. Paris: Albin Michel, 1974.

RAMOS, Graciliano. (1935). Zelins (carta). In: COUTINHO, Eduardo F; CASTRO, Ângela Bezerra de (Org.). *José Lins do Rego*. João Pessoa: Funesec, 1991, p. 51.

REGO, José Lins do. Prefácio. In: FREYRE, Gilberto. *Região e tradição*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1941, p. 9-21.

REGO, José Lins do. (1933). *Doidinho*. 15. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1977.

REGO, José Lins do. (1956). *Meus verdes anos: memórias*. 8. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2008a.

REGO, José Lins do. (1935). *O moleque Ricardo*. 27. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2008b.

REGO, José Lins do. (1934). *Banguê*. 23. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2011a.

REGO, José Lins do. (1953). *Cangaceiros*. 15. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2011b.

REGO, José Lins do. (1938). *Pedra Bonita*. 15. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2011c.

REGO, José Lins do. (1932). *Menino de engenho*. 103. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2012a.

REGO, José Lins do. (1937). *Pureza*. 12. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2012b.

REGO, José Lins do. (1936). *Usina*. 7.ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2012c.

SIMMEL, Georg. A metrópole e a vida mental. Tradução de Sérgio Marques dos Reis. In: VELHO, Otávio Guilherme (Org.). *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976, p. 11-25.

SIMMEL, Georg. As grandes cidades e a vida do espírito (1903). Tradução de Leopoldo Waizbort. *Mana*, v. 11, n. 2, 2005, p. 577-591. <https://doi.org/10.1590/S0104-93132005000200010>.

SIQUEIRA, Gustavo Silveira. *História do direito de greve no Brasil (1890-1946): criminalização, mito da outorga e movimentos sociais*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2017.

SKIDMORE, Thomas E. Raízes de Gilberto Freyre. In: KOSMINSKY, Ethel Volfzon; LÉINE, Claude; PEIXOTO, Fernanda Arêas (Org.). *Gilberto Freyre em quatro tempos*. Bauru: Edusc, 2003, p. 41-64.

SOUSA, Octavio Tarquinio de. Vida literária. *O Jornal*, Rio de Janeiro, n. 4865, 18 ago. 1935, p. 4. Hemeroteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional.

TRIGO, Luciano. *Engenho e memória: o Nordeste do açúcar na ficção de José Lins do Rego*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2002.

TROTSKI, Leon. *Literatura e revolução*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.

WEBER, Max. *Economia e sociedade*. 4. ed. Brasília: UnB, 2004.